

INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA

*** Roberto Rodrigues**

Até 1990 o Brasil era um país fechado em relação ao mundo, tinha uma inflação que beirava 80% ao mês, e um certo paternalismo nas políticas públicas para o agro. Vieram então os Planos Collor e Real com seus descasamentos de renda, após os quais o país ficou “arrombado” comercialmente (exposto sem proteção alguma à concorrência internacional), com inflação civilizada e sem políticas públicas paternalistas. Esta tríplice colisão produziu duas ondas simultâneas no campo: uma de exclusão, na qual milhares de pequenos produtores do sul, sudeste e nordeste, além de grandes do centro oeste, perderam tudo o que tinham; e outra de competitividade, na qual os que ficaram tiveram que incorporar tecnologia e gestão para seguirem vivos na atividade.

A tecnologia já existia, felizmente, e estava disponível nos órgãos de pesquisa nacionais e estaduais, nas universidades e nas empresas privadas envolvidas com as cadeias produtivas. A abertura do cerrado nos anos setenta e oitenta fora feita no rastro da melhor tecnologia tropical do planeta e, com a soja, a brachiaria e o zebu, as fronteiras agrícolas foram se alargando de forma profissional e eficiente.

Graças à inovação, diversificamos a pauta de exportação e os destinos delas, saltando de 21 bilhões de dólares em 2000 para 74 bilhões no ano passado. Isto dá a dimensão da importância da tecnologia e dos órgãos de pesquisa e extensão rural, inclusive cooperativas.

Na nova fronteira tecnológica, diversos temas estão na ordem do dia, como biotecnologia, nanotecnologia, energia renovável, uso da água, preservação da biodiversidade. Tudo tem a ver com sustentabilidade, com mitigar o aquecimento global e, neste cenário, o Brasil tem papel preponderante e precisa definir sua estratégia de atuação.

Visitei recentemente a Unidade da Embrapa que cuida de Gestão Territorial, em Campinas, no Centro de Monitoramento por Satélite. Ligada à Presidência da República, aquela Unidade tem por Missão propor, coordenar e executar serviços de gestão territorial da agricultura em nível estratégico, através do desenvolvimento tecnológico e soluções inovadoras, em benefício da sociedade brasileira.

O monitoramento por satélite é instrumento fundamental para definir o uso da terra no país. Pode-se verificar com precisão de 50 cm quadrados tudo o que existe em qualquer lugar: o que é área cultivada e com que cultura, o que é pasto, degradado ou não, quantas cabeças de gado estão lá, o que é floresta nativa ou plantada, onde tem desmatamento, cidade, rio, estrada, enfim, tudo.

Ele permite, por exemplo, discutir o Código Florestal sem “achismos”, mas com a realidade dos acontecimentos ao longo do tempo. Dá para saber com certeza as áreas de conservação federais e estaduais, o que é terra indígena, o que é reserva legal, área de preservação permanente, etc. Os estudos da Unidade mostram que o Brasil é o país do mundo com maior porcentagem de área preservada (28,03%) seguido da China (16,6%), Estados Unidos (14,81%) e Austrália (10,5%). Mostram ainda que reserva legal é usual nas grandes propriedades, mas rara nas pequenas. É claro, se o pequeno produtor precisar ter reserva legal e APP, pode ficar sem terra para sobreviver, o que justifica plenamente sua exclusão das obrigações do Código Florestal.

São institutos como este que nos enchem de orgulho e da certeza que, se o Brasil quiser, tem os instrumentos necessários para montar a estratégia que nos fará líderes mundiais do Agro sustentável.

Mas o Brasil precisa querer...

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**